



A exploração sexual infantil no Recife: a experiência de crianças e adolescentes com serviços de apoio

Um resumo das experiências de crianças e adolescentes no acesso a serviços de apoio após experiências adversas na infância, incluindo exploração sexual, no Nordeste do Brasil.¹

Este resumo contém uma discussão sobre os fatores que crianças e adolescentes valorizam ao acessar serviços de apoio no Brasil. Nela, destacamos os principais conceitos que podem ser adotados por esses serviços para melhor atender às necessidades das crianças e adolescentes após experiências adversas na infância e exploração sexual.

Principais resultados

- Com frequência, crianças e adolescentes que acessaram serviços de apoio no Nordeste do Brasil tinham sofrido Experiências Adversas na Infância (EAI) múltiplas e interseccionais. Vários fatores em seus cotidianos contribuem para o risco de ESCCA.
- As crianças e adolescentes identificaram uma série de fatores que, para eles, são essenciais ao usar esses serviços, incluindo:
 - *Terem serviços adequados à sua disposição e serem capazes de acessá-los;*
 - *Terem informações sobre sua condição e opções;*
 - *Sentirem-se à vontade para interagir com os prestadores de serviços e serem atendidos por uma equipe adequada;*
 - *Terem acesso ao básico, inclusive alimentação, e estarem fisicamente à vontade;*
 - *Serem aceitos pelos provedores de serviços e não julgados por suas experiências.*
- O conceito de segurança surgiu como um fator essencial valorizado por crianças e adolescentes para acessar serviços de apoio. Estabelecer confiança e controle foram determinados como fundamentais para gerar segurança.
- Dentro desse contexto, a *confiança* foi definida como a relação da criança ou do adolescente com outras pessoas em sua vida, incluindo prestadores de serviço. Já o *controle* foi considerado como seu senso de identidade e autodeterminação.

Qual é a importância deste estudo?

A Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (ESCCA) é uma forma de violência sexual contra esse grupo que envolve a exploração para benefício financeiro ou comercial de terceiros (Gattás et al., 2012; OIT, 2019). A ESCCA pode incluir atividades como turismo para fins de exploração sexual infantil, produção comercial de materiais de exploração sexual infantil e transmissão on-line (incluindo transmissão ao vivo) de crianças envolvidas em atividades sexuais (GFEMS, nd).

Atualmente, o Brasil passa por uma fase crítica de revisão para desenvolver novos planos estaduais e nacionais para lidar com a ESCCA. Três dos principais processos de planejamento de políticas públicas que sustentam a resposta do país à ESCCA nacionalmente, especialmente no estado de Pernambuco, estão em fase de reformulação.

Com esta pesquisa, nosso objetivo é dar voz aos sobreviventes, além de crianças e adolescentes em risco de ESCCA. Neste resumo, documentamos as experiências de 20 adolescentes no acesso a vários serviços governamentais e não governamentais disponíveis para apoiar e ajudar na recuperação daqueles que vivenciaram a ESCCA no Nordeste do Brasil.

Nele, usamos Experiências Adversas na Infância (EAI) como uma lente através da qual analisamos as experiências das crianças e adolescentes ao acessarem serviços e iniciativas comunitárias voltadas a sobreviventes e àqueles em alto risco de ESCCA. Nossos resultados se concentram nos pontos de vista de adolescentes sobre os serviços e nos fatores que contribuem para sua recuperação e bem-estar.

Trabalhos anteriores indicam que crianças e adolescentes que sofreram experiências adversas na infância (EAI), violência sexual ou períodos de falta de moradia, além dos que fugiram ou são LGBTQIA+, podem estar desproporcionalmente em risco de ESCCA (Ducak et al., 2022; Estes & Weiner, 2005). No Brasil, outras pesquisas consideram que pobreza, ambientes familiares disfuncionais, exposição anterior a abuso físico e sexual, trabalho infantil, estar desaparecido e falta de moradia podem ser fatores significativos de vulnerabilidade à ESCCA (Gattás et al., 2012).

Intervenções não clínicas e ambientes residenciais onde há conhecimento sobre traumas podem desempenhar um papel importante para ajudar crianças e adolescentes a se curar e se recuperar de eventos traumáticos (Bath, 2008; Muraya & Fry, 2016). No entanto, pesquisas sobre crianças e adolescentes que acessam os serviços de apoio após a ESCCA geralmente não se concentram nas experiências e vozes desse grupo (com a notável exceção de Hallett et al., 2019). É essa lacuna que tentamos preencher com este estudo.

Métodos

Foram realizadas 20 entrevistas com adolescentes no Nordeste do Brasil. Os participantes foram selecionados a partir de várias instituições especializadas de proteção à criança e adolescente na região e, então, convidados a refletir sobre suas experiências entre os diferentes serviços de apoio. Depois de apresentar nosso estudo e seus objetivos, demos liberdade aos participantes para se basearem nas experiências que consideravam importantes. Eles abordaram uma variedade de assuntos, incluindo suas próprias experiências de exploração, abuso e danos, serviços de apoio especializados, iniciativas comunitárias, vida familiar e questões que afetaram suas comunidades locais de forma mais ampla. As transcrições das entrevistas foram classificadas e analisadas seguindo uma abordagem teórica construtivista e fundamentada (Charmaz, 2014).

Experiências adversas na infância

Não era um objetivo explícito do estudo perguntar aos participantes sobre sua experiência com a ESCCA ou outras EAIs. No entanto, muitos participantes optaram por refletir sobre como chegaram a diferentes serviços e por quê. Esse contexto incluiu ESCCA, várias formas de violência interpessoal, uso indevido de drogas e trabalho forçado.

ESCCA

Não foi possível, a partir de nossa pesquisa, discernir se os participantes das entrevistas individuais haviam realmente vivenciado a ESCCA. No entanto, vários deles apresentaram reflexões sobre como a exploração era vivenciada por outras crianças e adolescentes. Particularmente, alguns participantes apontaram a ESCCA como uma atividade voluntária. Por exemplo, um entrevistado sugeriu que crianças e adolescentes se envolvem com a ESCCA porque “gostam” ou como uma resposta à dependência química. No entanto, outros participantes declararam que crianças e adolescentes que vivenciam ESCCA frequentemente não têm controle sobre suas decisões. Os entrevistados também identificaram o dinheiro como um incentivo para a ESCCA, observando que seu envolvimento pode ser impulsionado pelas condições de vida desfavorecidas das crianças e

adolescentes e suas famílias, ou como um mecanismo para sustentar um estilo de vida específico.

Com frequência, os participantes do nosso estudo não dissociavam a ESCCA da participação voluntária no trabalho sexual, opinião repetida por vários adolescentes que apresentaram relatos moralizadores sobre a participação de outros jovens no trabalho sexual, referindo-se a isso como um comportamento “safado”. Outros participantes indicaram que suas famílias também teriam uma visão moralizadora se fosse revelado que haviam sido explorados sexualmente.

Violência Interpessoal (VPI)

Metade dos entrevistados falou sobre VPI, destacando o impacto do narcotráfico e da violência das gangues em suas comunidades. Outros relataram ter sofrido violência da polícia e de familiares adultos dependentes químicos. Nesse contexto, um indivíduo insinuou que o risco de violência sexual era endêmico para as mulheres e que, para muitas, essas e outras formas de VPI eram parte do cotidiano.

Uso indevido de drogas

Seis participantes mencionaram o uso indevido de drogas e a dependência química, muitas vezes no contexto de perder o controle sobre suas vidas e os tornar vulneráveis à ESCCA. Experiências negativas decorrentes do abuso de drogas por familiares também foram abordadas por alguns entrevistados.

Trabalho forçado.

Diversos participantes tiveram contato com os serviços de apoio por serem considerados vítimas de trabalho infantil, como a venda de pinturas na praia e o emprego em bares. No entanto, vários deles mencionaram essas experiências de maneira positiva e como um esforço voluntário e capacitador. Contudo, profissionais temem que esses ambientes exponham crianças e adolescentes a riscos de danos secundários, como violência ou tráfico (Kenny, 2007). O trabalho é proibido para menores de 14 anos no Brasil.

Risco interseccional

No estudo, muitas vezes foi difícil separar as experiências de ESCCA das outras formas de EAI vivenciadas pelos participantes, especialmente outras formas de dano sexual. Oferecemos três reflexões sobre a interseccionalidade dos danos vivenciados pelos adolescentes em nosso estudo:

- 1 EAIs eram frequentemente vivenciadas em conjunto. Os participantes que discutiram danos sexuais foram, no geral, aqueles que, compreensivelmente, optaram por não discutir suas experiências negativas em detalhes.
- 2 Diferentes experiências nocivas estavam entrelaçadas no cotidiano dos participantes. Por exemplo, uma participante comentou que acessava vários serviços de apoio para se recuperar tanto da dependência de drogas quanto da depressão, e que os desafios logísticos dificultavam a presença em todos os serviços e consultas necessários.
- 3

Alguns danos foram considerados preferíveis a outros, mas isso variou entre os participantes. Por exemplo, alguns entrevistados pareciam normalizar a ESCCA, considerando-a como uma atividade voluntária e comum à condição de pobreza. Para outros, a estigmatização associada à ESCCA denotava ser mais adequado mendigar ou passar fome.

Experiência com os serviços de apoio

Os participantes relataram experiências variadas com os diversos serviços de apoio. Nossos resultados sugerem que o tanto que as experiências desses adolescentes foram positivas ou negativas geralmente dependiam de cinco fatores:

- 1 Até que ponto se sentiram à vontade na presença de prestadores de serviços, incluindo o atendimento por pessoal adequado (por exemplo, funcionários do sexo feminino atendendo meninas que sofreram abuso ou dano por homens).
- 2 Ter consciência e acesso a informações sobre as intervenções, para onde estavam sendo encaminhados, o que estava acontecendo com eles, suas opções e outros elementos dos serviços usados.
- 3 Ter acesso ao básico, como alimentação, e estar fisicamente à vontade ao acessar os serviços de apoio.
- 4 Ser aceito (ter a oportunidade de discutir, ou não, suas experiências, e não ser julgado por isso).
- 5 A disponibilidade de serviços adequados e acesso a eles (incluindo comentários sobre viagens e transporte).

Segurança, confiança e controle

Ao longo das entrevistas, a segurança despontou como tema central das experiências dos participantes, traçando semelhanças com outras pesquisas nesta área (Barrow et al., 2021; Gibbs et al., 2015).

Frequentemente, os participantes comentaram sobre suas experiências dentro do contexto de segurança. Sua exposição à ESCCA e a outras EAIs representava um estado de insegurança, em que faltavam confiança e controle. Se o objetivo dos serviços de apoio era aumentar a segurança, os conceitos da confiança (relacionamento entre o adolescente e outros indivíduos em suas vidas, incluindo serviços de apoio) e do controle (sentido de identidade e autodeterminação) surgiram como os principais valores para conquistar a segurança.

Sugerimos que os conceitos de “confiança” e “controle” possam ser uma contribuição significativa para os serviços de apoio ao incutir uma sensação de segurança nas crianças e adolescentes que os acessam e podem determinar até a extensão de seus benefícios.

Referências

- Barrow, J. F., Combes, H. A., & Rathbone, L. (2021). 'Using Q-methodology to Explore What is Valued from Child Sexual Exploitation Services: The Importance of Safety.' *Journal of Child Sexual Abuse*, 30(6), 746–763. <https://doi.org/10.1080/10538712.2021.1894294>
- Bath, H. (2008). The three pillars of trauma-informed care. *Reclaiming Children & Youth*, 17(3), 17–21.
- Charmaz, K. (2014). *Constructing Grounded Theory*. SAGE.
- Ducak, D., Narasimhan, S., Ripkey, C. E., & Evans, D. P. (2022). Perspectives of Stakeholders Working to End the Commercial Sexual Exploitation of Children in Atlanta, Georgia. *Violence and Gender*, 9(2), 73–79. <https://doi.org/10.1089/vio.2021.0048>
- Estes, R., & Weiner, N. (2005). The commercial sexual exploitation of children in the United States. In S. Cooper, R. Estes, A. Giardino, N. Kellogg, & V. Vieth (Eds.), *Medical, Legal & Social Science Aspects of Child Sexual Exploitation: A Comprehensive Review of Pornography, Prostitution, and Internet Crimes*. G.W. Medical Publishing Inc.
- Gattás, G. J. F., Figaro-Garcia, C., Landini, T. S., & Estes, R. J. (2012). Commercial Sexual Exploitation and Missing Children in the Coastal Region of Sao Paulo State, Brazil. *Journal of Applied Research on Children*, 3(2), 1–23. <https://digitalcommons.library.tmc.edu/childrenatrisk/vol3/iss2/10>
- GFEMS. (n.d.). Modern Slavery Terminology. *Global Fund to End Modern Slavery*. <https://gfems.org/modern-slavery/issues/modern-slavery-terminology/>
- Gibbs, D. A., Hardison Walters, J. L., Lutnick, A., Miller, S., & Kluckman, M. (2015). Services to domestic minor victims of sex trafficking: Opportunities for engagement and support. *Children and Youth Services Review*, 54, 1–7. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2015.04.003>
- Hallett, S., Verbruggen, J., Buckley, K., & Robinson, A. (2019). Keeping Safe. *Cardiff University*. <https://www.northwalessafeguardingboard.wales/wp-content/uploads/2019/08/Keeping-Safe-Research-Report.pdf>
- ILO. (2019). *Commercial sexual exploitation of children and adolescents: The ILO's response*. International Programme on the Elimination of Child Labour (IPEC). <http://www.ilo.org/ipec/areas/CSEC/lang--en/index.htm>
- Kenny, M. L. (2007). Hidden Heads of the Households: Child Labor In Urban Northeast Brazil. *Broadview Ethnographies & Case Studies Urban Series*, 144.
- Muraya, D. N., & Fry, D. (2016). Aftercare Services for Child Victims of Sex Trafficking: A Systematic Review of Policy and Practice. *Trauma, Violence, and Abuse*, 17(2), 204–220. <https://doi.org/10.1177/1524838015584356>

Notas finais

¹ Este resumo foi preparado por Zoe Robinson, Dr. Ben Brewster e Dra. Katarina Schwarz (Laboratório de Direitos da Universidade de Nottingham) com contribuições de pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco e do The Freedom Fund. O projeto “Abordando a Exploração Sexual Infantil no Brasil” é financiado pelo Arts and Humanities Research Council (AH/V01336X/1).

Financiada pela:



Arts and
Humanities
Research Council